

## AS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS DAS ABORDAGENS CONSTRUTIVISTA E TRADICIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Millena Pereira Dourado Santos<sup>1</sup>  
Sandra Novais Sousa<sup>2</sup>

### Eixo 1 – Formação docente, políticas educacionais e práticas educativas

**Resumo:** O objetivo deste artigo é destacar as principais características dos modelos educacionais contemporâneos, com foco especial na Escola Tradicional e na Abordagem Construtivista, quando aplicados aos primeiros anos da Educação Infantil. Este estudo leva em conta as mudanças contínuas ocorridas no sistema educacional, examinando os princípios fundamentais de ambas as abordagens e oferecendo insights sobre como elas impactam a prática pedagógica. Para atingir esse propósito, realizamos uma pesquisa bibliográfica a partir de autores e obras que abordam a educação infantil, as práticas pedagógicas e as abordagens de ensino. Como resultados, apontamos a relevância da abordagem construtivista, influenciada por teóricos como Jean Piaget e Lev Vygotsky, na educação infantil. Essa abordagem promove a aprendizagem ativa das crianças, colaboração entre pares e interações sociais, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional.

**Palavras-chave:** Escola Tradicional; Abordagem Construtivista; Prática pedagógica.

### Introdução

A educação infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das habilidades cognitivas, emocionais e sociais das crianças. Os primeiros anos de vida são caracterizados por um rápido desenvolvimento cognitivo e emocional, e as crianças estão ávidas por explorar o mundo ao seu redor. É nesse contexto que as teorias de aprendizagem e os métodos de ensino desempenham um papel crucial, influenciando diretamente a forma como a criança irá interagir, perceber e assimilar o conhecimento.

Ao longo da história da Educação, foram desenvolvidas várias abordagens e teorias sobre o ensino e aprendizagem, as quais buscaram formular explicações sobre como as pessoas aprendem e qual o papel dos professores nesse processo. Cada abordagem ou teoria enfatiza diferentes aspectos do ensino e da aprendizagem. Neste artigo, trazemos ao debate especificamente dois modelos explicativos que se assentam em bases teóricas divergentes: os chamados “tradicional” e “construtivistas”.

A importância do estudo justifica-se diante dos desafios enfrentados pelos docentes diante de exigências advindas, muitas vezes, das mudanças de entendimento dos propositores dos currículos e das políticas educacionais sobre os objetivos da Educação Infantil, no contexto geral da educação.

A história da educação infantil no Brasil é marcada por diferentes abordagens ao longo do tempo, refletindo mudanças sociais, políticas e pedagógicas. Focando na educação infantil, essa etapa passou por várias fases.

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Participante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Narrativas Formativas (Gepenaf).

<sup>2</sup> Doutora em Educação, docente do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Educação em da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Narrativas Formativas (Gepenaf).

Na fase assistencialista (séculos XIX e início do século XX), a educação infantil era voltada principalmente para o cuidado e assistência às crianças, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade. As creches tinham um caráter mais assistencial do que educativo (Haddad, 2006).

Na chamada fase preparatória para o Ensino Fundamental (décadas de 1930 a 1960), o foco da educação infantil estava na alfabetização e na preparação das crianças para ingressarem na escola primária. Houve uma influência marcante das ideias pedagógicas de Anísio Teixeira, que defendia uma educação mais ativa e centrada na criança (Haddad, 2006).

A fase progressista (a partir da década de 1960), sob influência de movimentos pedagógicos progressistas, levou a educação infantil a passar por uma transformação significativa. A visão da educação infantil se afastou da ideia de mera preparação para o ensino fundamental e adotou uma abordagem mais centrada na criança, com ênfase no desenvolvimento integral e no respeito à individualidade de cada criança. A pedagogia de Paulo Freire e outros educadores progressistas desempenhou um papel importante nesse período (Haddad, 2006).

Nessa perspectiva, a Constituição de 1988 reconheceu a Educação Infantil como direito das crianças, estabelecendo a obrigatoriedade da oferta do atendimento em creches e pré-escolas para as crianças de zero a seis anos. Isso marcou um avanço significativo na valorização da educação infantil como parte essencial do sistema educacional.

Nesse contexto legal, as crianças são reconhecidas como titulares de direitos humanos, nos quais estão contemplados não apenas direitos fundamentais relacionados à provisão (como saúde, alimentação, lazer e educação em seu sentido mais amplo) e à proteção (contra violência, discriminação, negligência e outras formas de vulnerabilidade), mas também direitos essenciais que envolvem sua participação na vida social e cultural, o direito a serem respeitadas e a liberdade de expressão individual. Essas disposições legais forneceram diretrizes significativas para a atuação na Educação Infantil, influenciando inclusive a finalidade estabelecida no artigo 29 da Lei nº 9.394/1996 para creches e pré-escolas.

No Brasil, a educação infantil é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece diretrizes fundamentais para a educação infantil. Essas diretrizes enfatizam a necessidade de um currículo sensível ao desenvolvimento das crianças e reconhecem a importância de valorizar os profissionais que atuam nesse campo.

É crucial ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 estabeleceu, de maneira legal, a conexão entre educação e cuidado como uma função integral da Educação Infantil. No Título V, Seção II, Artigo 29, a lei define que a Educação Infantil, como a primeira etapa da educação básica, tem como objetivo promover o desenvolvimento completo da criança até seis anos de idade, abrangendo os aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, e complementando o papel desempenhado pela família e pela comunidade.

Atualmente, estamos testemunhando uma transformação paradigmática em que a responsabilidade pelo cuidado e pela socialização das crianças pequenas é compartilhada entre a família e a sociedade. Isso marca a transição de um modelo caritativo para uma abordagem baseada nos direitos humanos. Consequentemente, uma parcela significativa do processo de educação e formação das crianças pequenas tornou-se uma questão de interesse público, o que tem implicações substanciais no desenvolvimento de políticas e programas educacionais (Haddad, 2006).

A história da educação infantil no Brasil reflete a evolução das concepções pedagógicas e o crescente reconhecimento da importância da educação infantil como alicerce para o desenvolvimento pleno das crianças.

Diante deste contexto, este estudo tem como objetivo apresentar uma análise teórica das abordagens construtivista e tradicional, examinando suas implicações para as práticas pedagógicas na educação infantil.

Para tanto, como procedimentos metodológicos, foram realizadas: pesquisa documental, tendo como fontes a legislação educacional e documentos curriculares nacionais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC); e pesquisa bibliográfica, a partir de autores e obras que abordam a educação infantil, as práticas pedagógicas e as abordagens de ensino.

### **A abordagem tradicional: centralidade no professor**

Diversas abordagens de ensino foram criadas e difundidas ao longo da história da educação, na busca de explicações sobre como as pessoas aprendem e qual a melhor forma de se ensinar. Mizukami (1992) destaca, entre elas, as abordagens: tradicional, comportamentalista, humanista, cognitivista e sociocultural.

Segundo a autora,

Diferentes formas de aproximação do fenômeno educativo podem ser consideradas como mediações historicamente possíveis, que permitem explicá-lo, se não em sua totalidade, pelo menos em alguns de seus aspectos; por isso, devem ser elas analisadas, contextualizadas e discutidas criticamente (Mizukami, 1992, p. 1)

A abordagem tradicional, caracterizada por métodos de ensino mais estruturados e um currículo padronizado, historicamente encontrou seu espaço na educação infantil. No entanto, enfrenta críticas quanto à sua eficácia e adequação às necessidades das crianças na educação infantil. Mizukami (1992) descreve a educação tradicional da seguinte maneira: “Trata-se de uma concepção e uma prática educacionais que persistiram ao tempo, em suas diferentes formas, e que passaram a fornecer um quadro referencial para todas as demais abordagens que a ela se seguiram” (Mizukami, 1992, p. 7)

Essa abordagem desempenhou um papel significativo ao influenciar a prática educacional formal e servir como referência para a criação de novas abordagens ao longo do tempo. No entanto, mesmo nos dias atuais continua presente no cotidiano das escolas. Essa aparente contradição merece reflexão, mas é fundamental reconhecer que o conceito de “tradicional” no contexto educacional moderno passou por inúmeras transformações ao longo de sua história.

Conforme Paulo Freire (1978), na abordagem tradicional, denominada por ele de “educação bancária”, o professor é responsável pelo ensino, e apresenta o conteúdo por meio de aulas expositivas, cabendo ao professor narrar o conteúdo, e ao aluno fixar, memorizar, repetir, sem perceber o que o conteúdo transmitido realmente significa.

Freire (1978) expõe que neste tipo de educação não há saber envolvido, os professores transferem seus conhecimento e valores, no entanto os alunos não aprendem de forma significativa e sim memorizam o que é transmitido pelo professor. Portanto, nesse tipo de ensino os alunos não desenvolvem sua criatividade e seu senso crítico, são sujeitos passivos, apenas receptores do conhecimento.

Conforme Mizukami (1992, p. 14):

Em termos gerais, é um ensino caracterizado por se preocupar mais com a variedade e quantidade de noções/conceitos/informações que com a formação do pensamento reflexivo. Ao cuidar e enfatizar a correção, a beleza, o formalismo, acaba reduzindo o valor dos dados sensíveis ou intuitivos, o que pode ter como consequência a redução do ensino a um processo de impressão, a uma pura receptividade.

A autora nos leva a refletir sobre a ideia de que quando a educação se concentra unicamente na acumulação de conhecimento, negligenciando a promoção da reflexão crítica e da compreensão profunda, ela tende a se tornar superficial e mecânica. A escola é considerada o local onde ocorre a transferência de conhecimento, por meio da transmissão de conteúdos e da exposição a modelos e demonstrações. Nesse contexto, a ênfase não recai sobre o educando, mas sim na intervenção do professor, que busca assegurar a apropriação do patrimônio cultural pelo aluno. O indivíduo é frequentemente visto como um ser passivo, um recipiente que recebe conhecimentos selecionados e elaborados por outros, a fim de que ele possa se apropriar desse conhecimento.

Nunes (2009), relatando os resultados de uma pesquisa realizada em uma instituição de educação infantil de Brasília, em que entrevistou nove professoras, indica que entre as educadoras investigados havia uma tendência a conceber o desenvolvimento moral como a promoção de normas e regras relacionadas ao controle do comportamento da criança. Isso sugere a presença de uma abordagem mais tradicional, baseada em normas e disciplina, que enfatiza a transmissão unilateral de valores e a aprendizagem passiva por parte das crianças.

A autora também menciona que as ações do cotidiano escolar se concentravam principalmente no desenvolvimento e aprendizagem de habilidades cognitivas, em detrimento das habilidades sociais da criança.

### **A abordagem construtivista na educação infantil: interação e mediação**

A abordagem construtivista ressalta a importância do envolvimento ativo da criança na construção do saber, criando um ambiente de aprendizado efetivo e significativo.

Nesse sentido, nesta abordagem entende-se que a fase da educação infantil assume um papel crítico no desenvolvimento das crianças, estabelecendo as bases fundamentais para a aprendizagem. Os métodos de ensino empregados durante esse período desempenham um papel crucial na promoção da criatividade, no desenvolvimento cognitivo e na formação socioemocional das crianças. Dentre os autores que embasam o construtivismo, destacam-se Jean Piaget e Lev Vygotsky

Jean Piaget é um dos teóricos mais influentes na área da educação infantil. Sua teoria do desenvolvimento cognitivo enfatiza a ideia de que as crianças são ativas na construção de seu próprio conhecimento. Na educação infantil, os princípios do construtivismo piagetiano destacam a importância de atividades que desafiem as crianças a resolver problemas, explorar e interagir com seu ambiente. Isso promove o desenvolvimento de habilidades cognitivas essenciais, como pensamento lógico e resolução de problemas.

Outro teórico muito relevante para abordagem é Lev Vygotsky, que contribuiu significativamente para a educação infantil. Sua teoria sociocultural enfatiza o papel das interações sociais no desenvolvimento das crianças. Vygotsky (1984) argumenta que a aprendizagem ocorre em contextos sociais, e a zona de desenvolvimento proximal

(ZDP) é um conceito-chave em sua teoria. Na educação infantil, os métodos construtivistas baseados em Vygotsky promovem a colaboração entre pares, a interação com adultos e a criação de ambientes de aprendizado que estejam alinhados com a ZDP de cada criança. Isso ajuda a facilitar o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas.

Podemos compreender que os métodos construtivistas, influenciados por autores como Jean Piaget, e Lev Vygotsky, desempenham um papel crucial na educação infantil. Eles reconhecem a importância do papel ativo da criança na construção do conhecimento e enfatizam o desenvolvimento cognitivo e socioemocional. Ao adotar abordagens construtivistas na educação infantil, os educadores podem criar ambientes de aprendizado mais envolventes e eficazes, que promovem o crescimento holístico das crianças.

Pelz (2007), a partir de uma pesquisa realizada em um Centro de Educação Infantil de Arapongas, analisa os limites e as possibilidades da abordagem construtivista observada na instituição. A pesquisa destaca que a instituição privilegia um trabalho em que a criança construa seu aprendizado, enfatizando o papel ativo da criança na construção do conhecimento. São mencionados elementos-chave, como foco na pesquisa, interdisciplinaridade, ludicidade, alfabetização e desenho. Isso indica uma abordagem holística que busca promover o desenvolvimento cognitivo, criativo e social das crianças.

A pesquisa indica a importância da interação social e do papel do educador como mediador. Também aponta que os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem estão em constante reflexão e atentos à prática pedagógica, o que sugere uma disposição para avaliar e ajustar as abordagens conforme necessário (Pelz, 2002).

Segundo a autora, embora a pesquisa descreva uma abordagem pedagógica que parece promissora, as práticas e princípios pedagógicos sugerem algumas considerações. Um possível limite pode ser a necessidade de formação e recursos adequados para implementar efetivamente essa abordagem, especialmente em ambientes educacionais com recursos limitados. A ênfase na aprendizagem espontânea e no brincar pode ser benéfica para o desenvolvimento das crianças, mas também pode ser desafiadora em termos de avaliação formal e garantia da qualidade do aprendizado.

## Considerações Finais

O artigo apresenta uma análise das abordagens tradicional e construtivista na educação infantil, destacando suas implicações para a prática pedagógica. A abordagem tradicional, caracterizada por métodos estruturados e um currículo padronizado, historicamente teve sua relevância, mas também enfrentou críticas devido à falta de ênfase na reflexão crítica e no desenvolvimento de habilidades criativas nas crianças. A abordagem construtivista, por outro lado, valoriza o papel ativo das crianças na construção do conhecimento, promovendo a aprendizagem significativa.

O texto também contextualiza a evolução da educação infantil no Brasil ao longo da história, destacando diferentes fases, desde o período assistencialista até a fase progressista, marcada pela valorização do desenvolvimento integral das crianças. A Constituição de 1988 reconheceu a Educação Infantil como direito das crianças, estabelecendo a obrigatoriedade do atendimento em creches e pré-escolas. Isso representou um avanço significativo na valorização da educação infantil como parte essencial do sistema educacional.

Além disso, o artigo ressalta a importância de considerar a conexão entre educação e cuidado na Educação Infantil, uma mudança paradigmática em que a responsabilidade pelo cuidado e socialização das crianças se torna uma questão de

interesse público e direitos humanos. Essa mudança tem implicações significativas no desenvolvimento de políticas e programas educacionais.

Por fim, o artigo enfatiza a relevância das abordagens construtivistas, influenciadas por teóricos como Jean Piaget e Lev Vygotsky, na educação infantil. Essas abordagens promovem a aprendizagem ativa das crianças, colaboração entre pares e interações sociais, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional. A adoção de abordagens construtivistas pode criar ambientes de aprendizado mais envolventes e eficazes, que promovem o crescimento holístico das crianças.

Em síntese, o artigo destaca a importância da escolha das abordagens pedagógicas na educação infantil e como elas podem influenciar diretamente o desenvolvimento das crianças, além de ressaltar a evolução da educação infantil no Brasil e a importância da conexão entre educação e cuidado nesse contexto. É uma chamada à reflexão sobre a prática pedagógica na pré-escola e seu impacto no futuro das crianças.

## Referências

- BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HADDAD, Lenira. Políticas integradas de educação e cuidado infantil: desafios, armadilhas e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 519-546, set./dez. 2006.
- MIZUKAMI, Maria da Graça N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1992. (Temas básicos da educação e ensino).
- NUNES, Alia Maria Barrios González. **Desenvolvimento moral e práticas pedagógicas na educação infantil**: um estudo sociocultural construtivista. 2009. 255 f. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- PELZ, Lucy Durant Masquetti. **A educação infantil no contexto de uma pré-escola**: relato de experiência como subsídio à prática pedagógica. 2007. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.
- VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.